

CARLOS LACERDA E O GOLPE MILITAR DE 1964

Carlos Alberto Gasparini*

O objeto da minha pesquisa é a análise imanente dos discursos de Carlos Lacerda proferidos no turbulento intervalo histórico compreendido entre 1954 e 1968, marcado por suas intervenções de natureza golpista e que inclui seus mandatos como deputado federal e governador da Guanabara. Este mesmo período também foi, em contrapartida, perpassado por movimentos populares que tentaram ser partícipes de um processo de transformação social, econômica e política abortado pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, que implantou uma ditadura burguesa de talhe bonapartista. Mais tarde, o país assistiu ao “golpe dentro do golpe”, em 13 de dezembro de 1968, com a edição do AI-5.

Seria verdadeira a afirmação de que o polêmico ex-governador teria formulado o programa que a ditadura militar simplesmente colocou em prática? Segundo o jornalista Paulo Francis, o projeto lacerdista foi executado naquele período tristemente célebre da história brasileira, mas tal execução não pôde contar com seu mentor. Esta apreciação, que nos parece falsa, expressa um certo reducionismo: busca na trajetória política deste “intelectual orgânico”, marcada por sua permanente oposição aos desígnios comunistas e às reformas varguistas, a solução bonapartista que, defendida e consubstanciada em vários momentos, ancorava-se num “regime de exceção” que tirasse de cena os políticos corruptos, getulistas e comunistas. É certo que Lacerda pleiteou tais idéias, além de um “bipartidarismo” à moda norte-americana para acabar com a confusão partidária, a reforma tributária, administrativa e a legislação trabalhista – entre outras que foram, em seus princípios mais gerais, postas em prática pela ditadura, embora não exatamente como ele propunha. Por isso é que Paulo Francis afirma que, desde 1954, Lacerda defendia uma “ditadura transitória que limpasse a área de políticos antiquados e corruptos, e depois convocasse eleições entre sanitizados /.../ foi esse o espírito do golpe ou revolução de 1964. Lacerda foi expurgado do sistema, mas é o pai da criança”.¹

Em 1960, Lacerda apoiou a candidatura presidencial de Jânio Quadros; alguns meses após a posse deste, porém, passou a liderar a crescente campanha de oposição ao governo de seu aliado de ontem, descontente com os rumos assumidos pela política – tanto interna como externa.

A noite de 18 de agosto de 1961 marcou a aceleração da crise política que culminaria com a renúncia de Jânio. Lacerda encontrou-se com o ministro da Justiça, Pedroso Horta, e com o próprio presidente. Segundo o governador da Guanabara, o ministro teria sondado sua posição a respeito de uma "reforma institucional" a ser realizada exclusivamente pelo Executivo, com o fechamento do Congresso. Para tanto, teria lhe pedido que enviasse uma série de artigos nos quais ele, Lacerda, defendera a implantação de um regime de exceção, em 1955.

Lacerda teria afirmado, num segundo encontro com o ministro: "ou renuncio amanhã" ou "vou denunciar ao país o que vocês estão fazendo". Ficou com a segunda opção: durante uma semana, dedicou-se a contatar uma série de lideranças políticas e militares, repassando informações e procurando confirmações do pretense golpe em andamento. A tensão aumentou diante da condecoração, no dia 19 de agosto, do guerrilheiro argentino-cubano Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, por iniciativa do presidente. O governador da Guanabara e os militares bradaram ainda mais contra a política externa vigente. No dia 22, em discurso proferido em São Paulo via TV Excelsior, Lacerda insinuou que havia a possibilidade de golpe. No dia 24, formou, a partir do Rio de Janeiro, uma rede de rádio e TV e, para citar suas palavras, "virou a mesa": atacou duramente a política externa do presidente e descreveu seus encontros com o ministro da Justiça, afirmando ter sido convidado para um golpe.

A fala de Lacerda explodiu como uma bomba em todo o país, em especial na Câmara dos Deputados, onde líderes partidários e deputados se reuniram para discuti-la, decidindo apresentar requerimentos para a convocação do ministro da Justiça e do governador da Guanabara, a fim de que depusessem sobre a denúncia do golpe. No dia 25, o que houve foi a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Após participar da cerimônia do Dia do Soldado, Quadros convocou os ministros militares e comunicou oficialmente sua saída do governo. Surpresos, eles reiteraram seu apoio ao presidente, apelando para que reconsiderasse sua decisão. O marechal Denys, ministro da Guerra, afirmou: "Diga o que é preciso para Vossa Excelência continuar. Nós o faremos". E Jânio disse: "Com esse Congresso não posso governar. Formem uma junta".²

As conseqüências desta tentativa de golpe foram prisões, espancamentos, censura e apreensão de jornais, censura também à rádio e à televisão, tentativa de controle das comunicações telefônicas e telegráficas e a tradicional guerra psicológica. Em vários

estados ocorreram invasões às sedes de jornais, censura, proibição de reuniões e passeatas, invasão de faculdades, mas a repressão mais violenta foi desencadeada pelo governador Carlos Lacerda, na Guanabara. Percebe-se sua participação tanto na elaboração quanto na divulgação daquele amplo processo de propaganda ideológica anticomunista e anti-Jango. De fato, Carlos Lacerda era, efetivamente, o que podemos chamar de um intelectual orgânico da burguesia, pois ele estava formulando e propondo idéias no calor dos acontecimentos, no próprio decorrer, portanto, da luta diária, dos conflitos, confrontos e embates. Ele se configurava como agente prático e teórico da burguesia brasileira, sempre interessado em formular uma plataforma pela qual esta burguesia pudesse desempenhar mais plenamente seu papel autocrático e subordinado, próprio de uma burguesia limitada, incipiente e mesquinha. Trata-se, pois, de um formulador de idéias voltadas para a prática do poder, o *lacerdismo*, que tinha uma dada função e inserção social, já que se disseminava especialmente no Rio de Janeiro, ganhando adeptos em grande quantidade – a ponto de Lacerda se tornar governador. Neste sentido, era um intelectual orgânico que se alçou ao poder com o intuito de melhor colocar suas idéias em prática.

Em princípios de outubro de 1963, Lacerda declarou ao *Los Angeles Times* que o governo Jango poderia cair antes do fim do ano, estando os militares discutindo se seria melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término de seu mandato ou destituí-lo agora mesmo. Diante de tais revelações, os ministros militares de Jango quiseram a decretação do Estado de Sítio, mediante o envio de mensagem ao Congresso Nacional. No dia seguinte, entretanto, nada aconteceu: o Estado da Guanabara não foi ocupado militarmente, como combinado, nem Lacerda foi encontrado. A operação desastrosa causou desconfiança tanto na esquerda como na direita e, na noite da votação da mensagem – em que a Comissão de Justiça da Câmara rejeitou o parecer do deputado Roland Corbusier, do PTB, favorável à decretação do Estado de Sítio –, Jango teria comentado: “nesta madrugada começou a minha deposição”.³

Dias após o golpe contra Jango, Lacerda apoiou a indicação e posse imediata de um dos chefes do golpe para a Presidência da República. A escolha recaiu sobre um oficial lacerdista, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Após a posse deste, em 15 de abril de 1964, a meta principal do governador passou a ser a cassação dos direitos políticos do ex-presidente JK, para uma evidente operação de limpeza com vistas à sucessão presidencial – de fato, Lacerda era candidato às eleições de outubro de 1965. Com a prorrogação do mandato de Castelo até 15 de março de 1967 e com a data da eleição presidencial transferida para outubro de 1966, passou a fazer oposição aberta ao governo, pois tais medidas atrapalhavam seus objetivos de chegar à Presidência da República. Sua candidatura se enfraqueceu quando não conseguiu fazer seu sucessor no governo da Guanabara, em 1965.

Carlos Lacerda já vinha, no entanto, fazendo oposição ao ditador empossado, Castelo Branco, pois percebia que suas pretensões de chegar à Presidência da República seriam frustradas pelo desejo dos militares de se perpetuar no poder. Segundo ele, esta percepção já lhe ocorrera nos primeiros dias após o golpe e fora manifestada em carta dirigida ao então ministro da Guerra, Costa e Silva. Centrava suas críticas na política econômica da ditadura, formulada por Roberto Campos, e passava, a partir daí, a oferecer propostas que se contrapunham às do ministro do Planejamento. Assim ele argumentava a respeito de importantes questões econômicas: o setor mais inflacionário da economia era o estatal. Este não podia ser reduzido nem sua eficiência aumentada em pouco tempo – nem em 13 meses nem em dois anos, nem, talvez, num quadriênio. Logo, não se devia contar com o fim da inflação tão cedo, pois o setor maior e mais inflacionário da economia estatizada não podia ser recuperado. O que não convinha era, mantendo-se a área estatal inflacionária, esvaziar a economia privada para custear a estatal. Por isso, contando como inevitável certo grau de inflação, durante certo número de anos, devíamos concentrar nossos esforços e provocar a baixa progressiva, racional e cautelosa da taxa inflacionária e, ao mesmo tempo, desencadear um grande esforço de produção. Para isso, seria necessário dotar a iniciativa privada de meios para ajudar o país a sair da inflação com produção e ativar urgentemente a administração pública, melhorando sua produtividade, pois a área estatizada abrangia mais da metade da economia nacional: era o grande campo do desperdício e da exigência de recursos, até aqui retirados da iniciativa privada, como antes eram da emissão de papel-moeda. Para isso, ainda, era essencial uma política de mobilização popular e de fé no povo, de atenção para com os seus problemas e motivações.⁴

Reiterava suas propostas, reafirmando que não se podia “marcar prazo” para debelar a inflação, alimentada, principalmente, pelo setor estatal. Se esta não podia ser esvaziada – “porque há um, núcleo de atividades econômicas pioneiras e fundamentais que tem de permanecer com o Estado” –, também não se podia em prol dela trazer prejuízos à área privada, a que mais produzia. A “conclusão lógica” era que a inflação persistiria durante certo tempo e a questão era mantê-la sob controle. Aumentar a produção e a confiança no Brasil também deviam ser objetivos imediatos do governo.

É evidente a visão liberal de Carlos Lacerda, pois o centro de suas críticas dirigia-se ao setor estatal da economia. Tratava-se, portanto, de um projeto privatista. Sua crítica liberal ao programa econômico da ditadura se intensificava na medida em que o tempo passava e a recessão se aprofundava em nome do combate à inflação. Apontando que nos dez primeiros meses da política econômica dos militares não tinha havido estabilização de preços e moeda, acreditava que a situação se agravava ainda mais com a deflação. Estava convicto de que o “preço da depressão será a ditadura ou a volta dos que foram

derrubados”, já que não havia o contraponto em obras e serviços ao apetite fiscal. Para ele, já era claro que não seriam atingidas metas do programa e fazia-se necessária uma “política vigorosa na ação e empolgante na imaginação” para repor a “fé coletiva” nas nossas “possibilidades reais de desenvolvimento”. A produção nacional, outrora amarrada “pelo medo”, “tem agora até os braços amarrados pela política econômica” que, em vez de se pôr a “serviço da Revolução, pôs a Revolução a seu serviço”. De fato, a política econômica vigente estaria exaurindo a Nação e “extinguindo a confiança com que a Revolução foi recebida”.⁵

Sua argumentação mais uma vez apontava que o combate à inflação “reduziu a capacidade de consumo e, com isto, diminuiu a velocidade das trocas”. Em vez da desinflação, o governo tentou a deflação. Vale ressaltar que Lacerda fez uma observação muito interessante sobre Castelo Branco. A certa altura de seus *Depoimentos*, em 1977, ele afirmava que “Castelo /.../ separou a política da economia”.⁶

Discutir sempre as questões políticas em detrimento das econômicas, fazendo com que estas se tornassem fundamentos inquestionáveis, foi uma tática utilizada pela ditadura ao longo de seus 21 anos de existência. A esta tática diversionista dos militares J. Chasin deu o nome de *politicismo*, ou seja, a ditadura não *politizou* as questões, ao contrário, as *despolitizou*, evitando o debate econômico e empobrecendo toda a questão.

Com a transformação das eleições presidenciais de 1966 em indiretas, Lacerda ainda esboçou uma última cartada, ao tentar unir-se a seus inimigos históricos, JK e Jango, criando a Frente Ampla, que seria posta na ilegalidade pela ditadura. Em 13 de dezembro de 1968, o general Arthur da Costa e Silva decretou o AI-5, que cassou seus direitos políticos por 10 anos. Afastado da vida pública e vivendo no ostracismo, veio a falecer antes que o tempo fosse completado.

Lacerda foi um autêntico representante do pensamento conservador brasileiro que, como vimos, não se limitou a observar e teorizar sobre os fatos e acontecimentos de sua época, como intelectual equidistante da arena de lutas cotidianas – antes, ao contrário, formulava suas idéias a partir de suas batalhas como empresário, jornalista, político e escritor, procurando influir nos rumos da história brasileira. Seu anticomunismo radical não poupou ninguém: mesmo aqueles que não eram comunistas, mas que conviviam democraticamente com eles, foram tratados como se fossem agentes do “comunismo internacional”. Lacerda era, em tudo e por tudo, um formulador de idéias contra-revolucionárias e conspirador ativo, voltado ao golpismo.

Tributário de uma tradição conservadora e autocrática (dominante no Brasil em todos os momentos históricos) que tem no poder bonapartista o centro de sua formulação, muitas de suas propostas eram desdobramentos de outras, já existentes, adaptadas ao

momento histórico vivido. Uma característica básica de seu ideário era a defesa de um liberalismo econômico radical ou primitivo e de uma autocracia política, mal disfarçada de liberalismo. Portanto, em ambos os casos o paradigma liberal era seu ponto de partida e também o de chegada.

Lacerda propunha a volta do privilegiamento da agroexportação pelo Estado, nos moldes da República Velha, ficando a industrialização subsidiária daquela, através do financiamento externo – ou seja, para ele, somente o capital internacional poderia fazer que o país se desenvolvesse. Em outros termos, Lacerda buscava o desenvolvimento associado e subordinado aos centros capitalistas de decisão, em especial aos EUA, tendo a agricultura como carro-chefe da economia.

Era a defesa intransigente do capitalismo norte-americano, conjugada com a herança conservadora brasileira, que o tornava, muitas vezes, um líder de extrema-direita que defendia posições golpistas, antidemocráticas e reacionárias. Esta visão de mundo faria com que o “Corvo” tomasse uma posição francamente pró-americana no contexto da guerra fria, advindo daí (bem como de sua condição mal-resolvida de ex-comunista) seu repúdio total ao comunismo. Somadas, tais características faziam de Lacerda talvez o mais implacável anticomunista já havido na história brasileira.

Segundo sua visão anticomunista, somente o capital internacional poderia fomentar o crescimento da produção e da produtividade, aumentando, assim, a renda nacional. O crescimento do poder aquisitivo, no entanto, só se efetuaria com o controle da moeda e com o aumento da educação da força de trabalho, o que implicaria a manutenção de um dos pilares da via colonial de objetivação do capitalismo, o arrocho salarial. Este, evidentemente, é um dos pressupostos que mantêm a subordinação do país aos centros capitalistas de decisão, além da manutenção da agroexportação como cerne da economia nacional.

Para implementação de tal programa econômico, era essencial o combate às idéias comunistas e nacionalistas de talhe getulista e trabalhista – ou, numa fórmula mais sucinta, ao “nacional-popular”, também denominado de “getulismo de massas” – e a remoção de seus representantes dos postos de mando da nação. Uma das fórmulas de combate ao getulismo de massas era apresentá-lo como antidemocrático, demagógico e corrupto, fruto da ditadura do Estado Novo, de inspiração fascista. Assim sendo, deveria ser combatido, pois era um obstáculo à “democratização” do país, na medida em que se manteve no pós-45 o processo de industrialização, a legislação trabalhista, a estrutura sindical e o Estado interventor.

Lacerda e toda a direita brasileira se batiam por uma reforma administrativa voltada à racionalização do Estado e sua conseqüente diminuição, além de uma reforma na estrutura sindical capaz de quebrar qualquer resistência ao seu projeto socioeconômico.

Chama a atenção sua proposta de mudança – flexibilização – da CLT que acabasse com a estabilidade no emprego e instituisse uma indenização por tempo de serviço. Coincidentemente ou não, a ditadura bonapartista iniciada em 64 fez a reforma preconizada, num clima de repressão generalizada aos sindicatos, criando, a partir daí, o FGTS.

Lacerda seria também um duro opositor de uma reforma agrária que mexesse com a estrutura da propriedade da terra, apresentando algumas medidas jurídicas, além do incremento tecnológico, como alternativa para o aumento da produção agrícola. Ele ainda propunha um golpe de Estado perpetrado contra o trabalhismo/getulismo que promovesse um “regime de exceção” que higienizasse e “sanitizasse” o país dos políticos “corruptos” e “demagogos”, da mesma forma que dos comunistas e nacionalistas, além de realizar uma reforma partidária que extinguisse os partidos tradicionais, criando um “bipartidarismo” baseado no modelo norte-americano – democratas e republicanos. Talvez inspirada nesta idéia, a ditadura militar extinguiu os partidos e criou um bipartidarismo bonapartista, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O “regime de exceção” proposto por Lacerda se caracterizava por uma ditadura provisória que promoveria a “reforma democrática” através da “revolução democrática” e instituiria, então, o liberalismo político “liberto” de qualquer propositura que o confrontasse, de preferência com ele próprio na Presidência da República.

No fundamental, este projeto se realizou, pois o regime implantado em 1964 aprofundou a subordinação da economia brasileira ao capital internacional e a política salarial assentada na superexploração da força de trabalho, o arrocho salarial, mas prosseguiu com o processo de industrialização, embora não dispensasse a agroexportação. O regime de exceção de Lacerda – uma ditadura por tempo limitado – transformou-se em ditadura permanente, por tempo ilimitado. Ao perceber isso, o político fluminense voltou-se contra aquilo que ajudou a criar, o regime autocrático-burguês de 1964. Mas era tarde: seu objetivo principal – a Presidência da República – já havia lhe escapado.

Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004

Notas

* Excertos de *A ideologia conservadora de Carlos Lacerda: um “Corvo” na história política brasileira (1954-1968)*. 2003. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC-SP.

¹ FRANCIS, Paulo. *Trinta anos essa noite. O que vi e vivi*. 1994.

² Apud LABAKI, Almir. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 47.

³ Apud BANDEIRA, L. A. Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 133.

⁴ Apud LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda: 10 anos depois – oposição*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 131.

⁵ Apud id., *ibid.*, pp. 139-40.

⁶ LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 405.